

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 22.819/17/3ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000733767-77
Impugnação: 40.010144186-57 (Coob.)
Impugnante: Novelty Modas S/A (Coob.)
CNPJ: 02.925553/0001-80
Autuada: Novelty Modas S/A
IE: 062031572.89-99
Proc. S. Passivo: José Gustavo de Resende/Outro(s)
Origem: DF/BH-2 - Belo Horizonte

EMENTA

CRÉDITO DE ICMS – APROVEITAMENTO INDEVIDO - CRÉDITO SEM ORIGEM. Constatado o aproveitamento indevido de crédito de ICMS, sem a apresentação da respectiva documentação fiscal, tratando-se, portanto, de crédito sem lastro documental ou sem origem comprovada. Exigências de ICMS, Multa de Revalidação, prevista no art. 56, inciso II, e Multa Isolada, capitulada no art. 55, inciso XXVI e majorada nos termos do art. 53, §§ 6º e 7º, todos da Lei nº 6.763/75. Crédito tributário reformulado pelo Fisco para excluir os valores relativos à reincidência, nos termos do art. 106, inciso II, alínea “a” do Código Tributário Nacional – CTN, considerando que o art. 79, inciso I, alínea “e” da Lei nº 22.549, publicada em 01/07/17, revogou os §§ 6º e 7º do art. 53 da Lei nº 6.763/75. Corretas as exigências remanescentes.

Lançamento parcialmente procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre recolhimento a menor de ICMS, no período de dezembro de 2014 a fevereiro de 2016, em razão de apropriação indevida de crédito do imposto sem origem comprovada, mesmo após intimação por meio do Auto de Início de Ação Fiscal-AIAF.

Exigências de ICMS, Multa de Revalidação, prevista no art. 56, inciso II, e Multa Isolada, capitulada no art. 55, inciso XXVI, majorada pela reincidência nos termos do art. 53, §§ 6º e 7º, todos da Lei nº 6.763/75.

Foi incluída no polo passivo da obrigação tributária o estabelecimento matriz sediado no estado de São Paulo, Novelty Modas S/A, CNPJ: 02.925553/0001-80, tendo em vista o encerramento das atividades da filial autuada, nos termos do art. 214, inciso I, do CTN.

O presente trabalho encontra-se instruído pelo Auto de Início de Ação Fiscal-AIAF nº 10.000020359.41 (fls. 02); Auto de Infração-AI (fls. 03/06); Relatório Fiscal (fls. 08/10); Anexo 1 – Relação das notas fiscais de entrada e demonstrativo das

exigências fiscais (fls. 11/12); Anexo 2 – Cópias das notas fiscais de entrada (fls. 13/27); Anexo 3 – Registros de entradas anos 2015 e 2016, DAPI e Cópia confronto EFD com DAPI mês 12/2014 (fls. 28/61); Anexo 4 – Comprovação da reincidência (fls. 62/70); Anexo 5 – Resposta do contribuinte às informações solicitadas no AIAF, incluindo os documentos enviados por e-mail e gravados no CD anexo (fls. 72).

Inconformada, a Coobrigada apresenta, tempestivamente e por procuradora regularmente constituída, Impugnação às fls. 116/125, requerendo, ao final, a procedência da impugnação.

Considerando o art. 79, inciso I, alínea “e” da Lei nº 22.549, publicada em 01/07/17, que revogou os §§ 6º e 7º do art. 53 da Lei nº 6.763/75, o presente crédito tributário foi adequado pelo Fisco, para excluir os valores relativos à reincidência, nos termos do art. 106, inciso II, alínea “a” do Código Tributário Nacional – CTN, conforme fls. 135.

Regularmente cientificada sobre a reformulação, a Impugnante não se pronuncia.

Em seguida, o Fisco manifesta-se às fls. 140/145, refutando as alegações da Impugnante, e requer a procedência do lançamento.

Às fls. 150/151, é aberta vista à Procuradora do Sujeito Passivo, cientificando da reformulação do crédito tributário, contudo, não há qualquer manifestação posterior.

DECISÃO

Os fundamentos expostos na manifestação fiscal, foram os mesmos utilizados pela Câmara para sustentar sua decisão e, por essa razão, passam a compor o presente Acórdão, salvo alterações necessárias.

Da Preliminar

Da Arguição de Prejudicialidade do Procedimento Administrativo

A Impugnante informa que, em 18/01/02, ingressou com ação declaratória (1210293-22.2000.8.13.0024), atualmente em sede de recursos especial e extraordinário, “*visando, em suma, ao reconhecimento de seu direito ao aproveitamento de créditos oriundos aos encargos das vendas financiadas, que indevidamente compuseram a base de cálculo do ICMS*”.

Afirma que “*tal ação é anterior ao presente procedimento e possui as mesmas partes – Arapuã Comercial (antiga denominação da ora Impugnante) e Fazenda do Estado de Minas Gerais – a mesma causa de pedir – ICMS sobre encargos financeiros – e os mesmos pedidos – reconhecimento da inexistência de relação jurídica e da possibilidade de creditamento – do que o auto de infração e impugnação*”.

Assegura que “*não há decisão definitiva a respeito da exclusão dos acréscimos financeiros da base de cálculo do ICMS, estando o processo ainda em fase de julgamento*”.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Entende que “*resta demonstrado que o processo administrativo que será instaurado é idêntico à ação declaratória em curso e sem decisão definitiva, estando, por isso, prejudicado pela via judicial, razão pela qual o presente auto de infração deverá ser declarado insubsistente, a fim de desconstituir o respectivo crédito tributário, ou, ao menos, excluir a multa de ofício aplicada em razão do creditamento do imposto*”.

Contudo, não merece razão a Defesa, pelos seguintes motivos.

De acordo com os processos listados abaixo, esta mesma matéria, envolvendo o mesmo Sujeito Passivo, já foi apreciada por este Conselho, sendo julgado procedente o respectivo lançamento, ou parcialmente procedente nos termos da reformulação fiscal:

Número do Auto de Infração	Número do Acórdão
01.000242214-47	21.785/15/3 ^a
01.000244308-28	21.783/15/3 ^a
01.000244376-95	21.784/15/3 ^a
01.000244517-87	21.786/15/3 ^a
01.000258485-16	20.991/16/2 ^a
01.000259335-72	20.990/16/2 ^a
01.000260297-64	20.989/16/2 ^a
01.000256609-83	20.992/16/2 ^a

A título de exemplo, vale reproduzir a ementa do Acórdão nº 21.783/15/3^a:

ACÓRDÃO Nº 21.783/15/3^a

PTA/AI: 01.000244308-28

IMPUGNANTE: NOVELTY MODAS S/A

EMENTA:

CRÉDITO DE ICMS – APROVEITAMENTO INDEVIDO – FALTA DE COMPROVAÇÃO DA ORIGEM. CONSTATADO RECOLHIMENTO A MENOR DO IMPOSTO EM RAZÃO DE APROVEITAMENTO INDEVIDO DE CRÉDITOS DE ICMS DECORRENTE DE LANÇAMENTOS EFETUADOS NA DECLARAÇÃO DE APURAÇÃO DE ICMS (DAPI) SEM COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DOS RESPECTIVOS CRÉDITOS. EXIGÊNCIAS DE ICMS, MULTA DE REVALIDAÇÃO PREVISTA NO ART. 56, INCISO II, E MULTA ISOLADA CAPITULADA NO ART. 55, INCISO XXVI, TODOS DA LEI Nº 6763/75.

LANÇAMENTO PROCEDENTE. DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ressalta-se que, em decorrência de solicitação da Assessoria do CC/MG, nos PTAs nºs 01.000258485-16, 01.000259335.72, 01.000260297-64 e 01.000256609-83 consta parecer da AGE, esclarecendo que a questão discutida em juízo não prejudica o julgamento do caso na instância administrativa.

Vale reproduzir aqui o posicionamento da AGE nesses processos:

1 – segundo pesquisa realizada pela AGE, ainda não ocorreu o trânsito em julgado visto que ainda está ativo o EREsp nº 826.817/MG;

2 – conforme bem assinalado pelo Agente Fiscal que lavrou a manifestação de fls. 188/193 no PTA supra, ‘o crédito tributário exigido neste Auto de Infração decorre de apropriação indevida de **créditos de ICMS, cuja origem não foi comprovada**, uma vez que, mesmo após intimada, a Autuada não apresentou os cálculos efetuados para o creditamento nem a documentação fiscal correspondente, elementos essenciais para o Fisco verificar se os créditos estão de acordo com o permitido pela legislação’. Da mesma forma, da leitura do ‘Relatório Fiscal’ anexo ao Auto de Infração, **não se deduz que o objeto do PTA supra seja o mesmo objeto versado na ação declaratória nº 1210293-22.2000.8.13.0024**, razão pela qual, s.m.j., não há repercussão da referida ação judicial sobre o PTA;

3 – em face do exposto no item 2 supra, entendemos que **não está prejudicado o julgamento do PTA supra na instância administrativa**, não sendo o caso de aplicação do art. 105 do RPTA.”

(grifou-se)

Observa-se que, na mesma linha dos processos analisados pela AGE, a presente autuação refere-se a aproveitamento indevido de créditos de ICMS, **cuja origem não foi comprovada**, uma vez que, mesmo após intimada, a Autuada não apresentou os cálculos efetuados para o creditamento nem a documentação fiscal correspondente, elementos essenciais para o Fisco verificar se os créditos estão de acordo com o permitido pela legislação.

Portanto, as respostas apresentadas pela AGE nos processos anteriores podem ser aproveitadas no presente, devendo ser rejeitada a prefacial arguida, pois **inexiste** nos autos qualquer comprovação de que o objeto versado na ação declaratória citada pela Impugnante tenha qualquer vínculo com a matéria tratada no presente processo, uma vez que a Autuada sequer conseguiu demonstrar a origem dos créditos por ela apropriados (créditos sem comprovação da origem).

Do Mérito

Conforme relatado, a autuação versa sobre recolhimento a menor de ICMS, no período de dezembro de 2014 a fevereiro de 2016, em razão de apropriação indevida

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

de crédito do imposto sem origem comprovada, mesmo após intimação por meio de Auto de Início de Ação Fiscal-AIAF.

Exigências de ICMS, Multa de Revalidação, prevista no art. 56, inciso II, e Multa Isolada, capitulada no art. 55, inciso XXVI e majorada pela reincidência nos termos do art. 53, §§ 6º e 7º, todos da Lei nº 6.763/75.

Os créditos indevidamente aproveitados foram lançados na escrita fiscal da seguinte forma:

1) lançados no campo 071 da DAPI (outros créditos) referente ao mês de dezembro de 2014, sem identificação da origem, conforme documentos de fls. 59/61;

2) destacados nas notas fiscais de entrada relacionadas no Anexo 1 do Auto de Infração (fls. 12), emitidas a título de crédito extemporâneo e com a expressão “crédito ICMS pleiteado em ação judicial” no campo de descrição dos produtos, conforme cópias dos DANFES acostados às fls. 14/27 (Anexo 2 do Auto de Infração), sendo os respectivos valores informados na Escrituração Fiscal Digital-EFD e nas DAPIs referentes ao período de janeiro de 2015 a fevereiro de 2016 (vide fls. 29/58 – Anexo 3 do Auto de Infração).

Embora tenha sido devidamente comprovada a reincidência (fls. 62/70 - Anexo 4 do Auto de Infração), o Fisco, às fls. 135, excluiu os valores correspondentes à majoração da multa isolada, decorrente da constatação de reincidência, nos termos do disposto no art. 106, inciso II, alínea “a” do CTN, uma vez que o art. 79, inciso I, alínea “e” da Lei nº 22.549, de 30 de junho de 2017, revogou os dispositivos da Lei nº 6.763/75 (art. 53, §§ 6º e 7º) que previam a referida majoração.

Intimada pelo Fisco, por meio de AIAF, a comprovar a origem de tais créditos apropriados, a Contribuinte apenas informou que são oriundos de ação judicial em andamento, na qual estaria buscando ressarcimento de impostos pagos indevidamente, mas não demonstrou que os créditos apropriados tivessem vínculo com o objeto da citada ação declaratória, cuja cópia encontra-se inserida no CD de fls. 72.

Em sua peça de defesa, a Impugnante insiste na alegação de que o presente processo administrativo “*é idêntico à ação declaratória em curso e sem decisão definitiva, estando, por isso, prejudicado pela via judicial, razão pela qual o presente auto de infração deverá ser declarado insubsistente*”.

Esse argumento, no entanto, conforme já abordado em fase preliminar, deve ser rejeitado, pois a Impugnante **não** trouxe qualquer demonstração de que os créditos por ela apropriados tenham relação com encargos financeiros exigidos em operações de vendas a prazo.

De toda forma, ainda que se desconsiderasse a não comprovação da alegação da Impugnante, mister se faz esclarecer que a legislação tributária é absolutamente clara ao disciplinar que os valores recebidos pela Autuada, a título de acréscimos financeiros sobre vendas a prazo, estão sujeitos à incidência do ICMS, a teor do que prescreve o art. 13, § 2º, item 1, alínea “a” da Lei nº 6.763/75 e o art. 50, inciso I, alínea “a”, do RICMS/02, *in verbis*:

Lei nº 6.763/75

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 13 - A base de cálculo do imposto é:

(...)

§ 2º - Integram a base de cálculo do imposto:

1. nas operações:

a) todas as importâncias recebidas ou debitadas pelo alienante ou pelo remetente, como frete, seguro, juro, acréscimo ou outra despesa;

RICMS/02

Art. 50 - Integram a base de cálculo do imposto:

I - Nas operações:

a) todas as importâncias recebidas ou debitadas pelo alienante ou remetente, como frete, seguro, juro, acréscimo ou outra despesa;

Ressalta-se a informação do Fisco em sua manifestação fiscal de que esse entendimento está, inclusive, sedimentado no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao apreciar o processo ajuizado pela Autuada, conforme ementa do Acórdão dos Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 826.817, de 24/08/07, abaixo reproduzido:

ERESP Nº 826.817 - MG (2006/0264907-9)

TRIBUTÁRIO. ICMS. VENDA A PRAZO. INCLUSÃO DOS ENCARGOS FINANCEIROS NA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO.

1. A PRIMEIRA SEÇÃO/STJ, AO APRECIAR OS ERESP 550.382/SP (REL. MIN. CASTRO MEIRA, DJ DE 1º.8.2005), FIRMOU ORIENTAÇÃO NO SENTIDO DE QUE, **NA VENDA A PRAZO, A QUANTIA ACRESCIDA AO VALOR DA MERCADORIA INTEGRA O PRÓPRIO PREÇO DA OPERAÇÃO E, CONSEQUENTEMENTE, A BASE DE CÁLCULO DO ICMS.** ASSIM, "O ICMS DEVE INCIDIR SOBRE O VALOR REAL DA OPERAÇÃO, DESCRITO NA NOTA FISCAL DE VENDA DO PRODUTO AO CONSUMIDOR".

NO MESMO SENTIDO: AGRG NA PET 6.284/RJ, 1ª SEÇÃO, REL. MIN. CASTRO MEIRA, DJE DE 1º.9.2008; ERESP 215.849/SP, 1ª SEÇÃO, REL. MIN. LUIZ FUX, DJE DE 12.8.2008; ERESP 421.781/SP, 1ª SEÇÃO, REL. MIN. ELIANA CALMON, DJ DE 12.2.2007.

2. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROVIDOS.

(GRIFOU-SE)

Assim, como já afirmado, **não** há qualquer dúvida de que, nas vendas a prazo, a quantia acrescida ao valor da mercadoria integra o próprio preço da operação e, conseqüentemente, a base de cálculo do ICMS.

Conforme acrescentado pelo Fisco, embora referido processo judicial ainda não tenha transitado em julgado, "*todos os recursos posteriores já apreciados pelo STJ foram improvidos, de forma que o entendimento acima é o que vem prevalecendo,*

tendo havido aplicação de multa, por duas vezes, em razão do caráter protelatório dos recursos da Autuada”.

Como também salientado pelo Fisco, “*ainda que coubesse razão à Autuada em relação à não incidência de ICMS nos acréscimos financeiros cobrados nas vendas a prazo, não tendo sido concedida a cautelar permitindo a compensação, não poderiam ser aproveitados créditos extemporâneos com base na ação judicial”.*

Ademais, vale reiterar que o crédito tributário exigido neste Auto de Infração decorre da apropriação indevida de créditos de ICMS, cuja origem não foi comprovada, uma vez que, mesmo após intimada, a Autuada não apresentou os cálculos efetuados para o creditamento nem a documentação fiscal correspondente, elementos essenciais para o Fisco verificar se os créditos estão de acordo com o permitido pela legislação, sendo correta, portanto, a glosa efetuada pelo Fisco.

Destaca-se que várias decisões do CC/MG demonstram que não há previsão legal para utilização de créditos sem comprovação de origem e legalidade:

ACÓRDÃO 20.270/13/2ª

CREDITO DE ICMS – APROVEITAMENTO INDEVIDO – CREDITO SEM ORIGEM – OUTROS CREDITOS. CONSTATADO O RECOLHIMENTO A MENOR DO ICMS EM RAZÃO DO APROVEITAMENTO DE CRÉDITO EXTEMPORÂNEO DO IMPOSTO LANÇADO NO CAMPO “OUTROS CRÉDITOS” DAS DAPI, SEM A COMPROVAÇÃO DE ORIGEM E LEGALIDADE. EXIGÊNCIAS DE ICMS, MULTA DE REVALIDAÇÃO, PREVISTA NO ART. 56, INCISO II E MULTA ISOLADA CAPITULADA NO ART. 55, INCISO XXVI, TODOS DA LEI Nº 6.763/75. CRÉDITO TRIBUTÁRIO REFORMULADO PELO FISCO.

ACÓRDÃO 21.170/13/3ª

CRÉDITO DE ICMS – APROVEITAMENTO INDEVIDO - CRÉDITO SEM ORIGEM – CONSTATADO O APROVEITAMENTO INDEVIDO DE CRÉDITO DE ICMS SEM A APRESENTAÇÃO DA RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRATANDO-SE, PORTANTO, DE CRÉDITO SEM LASTRO DOCUMENTAL OU SEM ORIGEM COMPROVADA. NÃO FOI COMPROVADA A ALEGAÇÃO DA IMPUGNANTE, DE QUE SE TRATA DE ESTORNO DE DÉBITO, LANÇADO EM DUPLICIDADE. EXIGÊNCIAS DE ICMS, MULTA DE REVALIDAÇÃO PREVISTA NO ART. 56, INCISO II E MULTA ISOLADA CAPITULADA NO ART. 55, INCISO XXVI, AMBOS DA LEI Nº 6.763/75. LANÇAMENTO PROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

Logo, inexistindo previsão legal para utilização dos créditos objeto da autuação, sem comprovação de sua origem, o feito fiscal afigura-se correto, sendo legítimas as exigências do ICMS apurado, acrescido das Multas de Revalidação e Isolada previstas nos arts. 56, inciso II, e 55, inciso XXVI, respectivamente, ambos da Lei nº 6.763/75:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 55. As multas para as quais se adotarão os critérios a que se referem os incisos II a IV do art. 53 desta Lei são as seguintes:

(...)

XXVI - por apropriar crédito em desacordo com a legislação tributária, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos anteriores - 50% (cinquenta por cento) do valor do crédito indevidamente apropriado.

(...)

Art. 56 - Nos casos previstos no inciso III do artigo 53, serão os seguintes os valores das multas:

(...)

II - havendo ação fiscal, a multa será de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, observadas as hipóteses de reduções previstas nos §§ 9º e 10 do art. 53.

(...)

Pela importância, vale relembrar que esta mesma matéria, envolvendo o mesmo Sujeito Passivo, já foi apreciada diversas vezes por este Conselho, conforme já demonstrado em fase preliminar.

Por fim, reitera-se que a Autuada não apresentou documentos que demonstrassem a origem e legalidade dos valores de ICMS apropriados como crédito extemporâneo e lançados no campo "outros créditos" das DAPIs, restando comprovado o recolhimento a menor de ICMS.

A inclusão do estabelecimento matriz da Autuada no polo passivo da autuação tem por fundamento o disposto no art. 124, inciso I, do CTN. Confira-se:

Art. 124. São solidariamente obrigadas:

I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

(...)

O Superior Tribunal de Justiça, sob o regime dos recursos repetitivos, apreciou a questão no Recurso Especial nº 1.355.812/RS de 22/05/13, do eminente Min. Mauro Campbell Marques, como segue:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS DA MATRIZ. PENHORA, PELO SISTEMA BACEN-JUD, DE VALORES DEPOSITADOS EM NOME DAS FILIAIS. POSSIBILIDADE. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL COMO OBJETO DE DIREITOS E NÃO COMO SUJEITO DE DIREITOS. CNPJ PRÓPRIO DAS FILIAIS. IRRELEVÂNCIA NO QUE DIZ RESPEITO À UNIDADE PATRIMONIAL DA DEVEDORA.

1. NO ÂMBITO DO DIREITO PRIVADO, CUJOS PRINCÍPIOS GERAIS, À LUZ DO ART. 109 DO CTN, SÃO INFORMADORES PARA A

DEFINIÇÃO DOS INSTITUTOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO, A FILIAL É UMA ESPÉCIE DE ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL, FAZENDO PARTE DO ACERVO PATRIMONIAL DE UMA ÚNICA PESSOA JURÍDICA, PARTILHANDO DOS MESMOS SÓCIOS, CONTRATO SOCIAL E FIRMA OU DENOMINAÇÃO DA MATRIZ. NESSA CONDIÇÃO, CONSISTE, CONFORME DOCTRINA MAJORITÁRIA, EM UMA UNIVERSALIDADE DE FATO, NÃO OSTENTANDO PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA, NÃO SENDO SUJEITO DE DIREITOS, TAMPOUCO UMA PESSOA DISTINTA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA. CUIDA-SE DE UM INSTRUMENTO DE QUE SE UTILIZA O EMPRESÁRIO OU SÓCIO PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES.

2. A DISCRIMINAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA, MEDIANTE A CRIAÇÃO DE FILIAIS, NÃO AFASTA A UNIDADE PATRIMONIAL DA PESSOA JURÍDICA, QUE, NA CONDIÇÃO DE DEVEDORA, DEVE RESPONDER COM TODO O ATIVO DO PATRIMÔNIO SOCIAL POR SUAS DÍVIDAS, À LUZ DE REGRA DE DIREITO PROCESSUAL PREVISTA NO ART. 591 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SEGUNDO A QUAL "O DEVEDOR RESPONDE, PARA O CUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, COM TODOS OS SEUS BENS PRESENTES E FUTUROS, SALVO AS RESTRIÇÕES ESTABELECIDAS EM LEI".

3. O PRINCÍPIO TRIBUTÁRIO DA AUTONOMIA DOS ESTABELECIMENTOS, CUJO CONTEÚDO NORMATIVO PRECEITUA QUE ESTES DEVEM SER CONSIDERADOS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DE CADA TRIBUTOS, UNIDADES AUTÔNOMAS E INDEPENDENTES NAS RELAÇÕES JURÍDICO-TRIBUTÁRIAS TRAVADAS COM A ADMINISTRAÇÃO FISCAL, É UM INSTITUTO DE DIREITO MATERIAL, LIGADO À QUESTÃO DO NASCIMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DE CADA IMPOSTO ESPECIFICAMENTE CONSIDERADO E NÃO TEM RELAÇÃO COM A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DOS DEVEDORES PREVISTA EM UM REGRAMENTO DE DIREITO PROCESSUAL, OU COM OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE DOS BENS DA EMPRESA E DOS SÓCIOS DEFINIDOS NO DIREITO EMPRESARIAL.

4. A OBRIGAÇÃO DE QUE CADA ESTABELECIMENTO SE INSCREVA COM NÚMERO PRÓPRIO NO CNPJ TEM ESPECIAL RELEVÂNCIA PARA A ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, NÃO AFASTANDO A UNIDADE PATRIMONIAL DA EMPRESA, CABENDO RESSALTAR QUE A INSCRIÇÃO DA FILIAL NO CNPJ É DERIVADA DO CNPJ DA MATRIZ.

5. NESSA TOADA, LIMITAR A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO PÚBLICO, NOTADAMENTE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, A SOMENTE O PATRIMÔNIO DO ESTABELECIMENTO QUE PARTICIPOU DA SITUAÇÃO CARACTERIZADA COMO FATO GERADOR É ADOTAR INTERPRETAÇÃO ABSURDA E ODIOSA. ABSURDA PORQUE NÃO SE CONCILIA, POR EXEMPLO, COM A COBRANÇA DOS CRÉDITOS EM UMA SITUAÇÃO DE FALÊNCIA, ONDE TODOS OS BENS DA PESSOA JURÍDICA (TODOS OS ESTABELECIMENTOS) SÃO ARRECADADOS PARA PAGAMENTO DE TODOS OS CREDORES, OU COM A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIDADE CONTRATUAL

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUBSIDIÁRIA DOS SÓCIOS PELAS OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE COMO UM TODO (V.G. ARTS. 1.023, 1.024, 1.039, 1.045, 1.052, 1.088 DO CC/2002), OU COM A ADMINISTRAÇÃO DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA SOCIEDADE PELOS MESMOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO, DIREÇÃO, GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO. ODIOSA PORQUE, POR PRINCÍPIO, O CREDOR PRIVADO NÃO PODE TER MAIS PRIVILÉGIOS QUE O CREDOR PÚBLICO, SALVO EXCEÇÕES LEGALMENTE EXPRESSAS E JUSTIFICÁVEIS.

6. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO SUBMETIDO AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC E DA RESOLUÇÃO STJ N. 8/08.

(RESP 1355812/RS, REL. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, JULGADO EM 22/05/2013, DJE 31/05/2013)

Observa-se que não há manifestação das envolvidas sobre a inclusão da coobrigada, Impugnante, no polo passivo da autuação, quedando-se legítimo o procedimento, nos termos da legislação posta.

As questões de cunho constitucional levantadas pela Impugnante (*princípios da capacidade contributiva, da razoabilidade, da proporcionalidade, da vedação ao confisco, etc.*) não serão aqui analisadas, uma vez que não compete a este órgão julgador, nos termos do art. 110, inciso I do RPTA/MG, aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, *“a declaração de inconstitucionalidade ou a negativa de aplicação de ato normativo, inclusive em relação à resposta à consulta a que for atribuído este efeito pelo Secretário de Estado de Fazenda”*.

Ressalta-se, no entanto, que as penalidades aplicadas atendem ao princípio da reserva legal, uma vez que expressamente previstas na Lei nº 6.763/75.

Diante do exposto, ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CC/MG, em preliminar, à unanimidade, em rejeitar as prefaciais arguidas. No mérito, à unanimidade, em julgar parcialmente procedente o lançamento, nos termos da reformulação do crédito tributário de fls. 135. Pela Fazenda Pública Estadual, sustentou oralmente o Dr. Gabriel Arbex Valle. Participaram do julgamento, além do signatário, os Conselheiros Luciana Mundim de Mattos Paixão (Revisora), Erick de Paula Carmo e Luiz Geraldo de Oliveira.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2017.

Eduardo de Souza Assis
Presidente / Relator

ES